

A CASA BALSEMÃO – “DÉSIR DE BIEN FAIRE” O PALACETE DOS VISCONDES DE BALSEMÃO, NO PORTO

Data de aceite: 01/09/2023

Luís Cabral

1 | INTRODUÇÃO

Temos presente que as casas de maiores dimensões (de negociantes, de nobres, de membros da Igreja) eram, em geral, espaços de uso múltiplo, com as suas lojas e sobrelojas no nível inferior e a residência na parte superior. Os proprietários, sobretudo em contexto urbano, procuravam, para além de estabelecer morada própria, colher rendimento suplementar, fosse de habitação, fosse, principalmente, de comércio.

Do século XVIII para o século XIX, assiste-se a uma evolução profunda, não só arquitetónica, mas sobretudo de função da casa de tipo aristocrático. Mas o que seria no Porto, um palácio ou um palacete, um solar ou uma casa grande, no Terreiro, Largo ou Praça dos Ferradores, espaço inserido numa espécie de segundo centro da cidade – Cordoaria, Carmo e Cedofeita

–, num extremo do Campo do Olival?

Fronteiro à casa ficava um importante lugar de comércio: a feira dos bois, uma feira franca, a feira da erva, carvão e lenha, a feira das caixas e a feira dos moços. Daí partiam as duas principais vias de comunicação no sentido norte litoral para Viana, Caminha, Valença e Tui, e pelo interior, em direção a Braga. Aqui mesmo se separavam, desde tempos medievais, os peregrinos de Compostela, conforme o itinerário que queriam seguir.

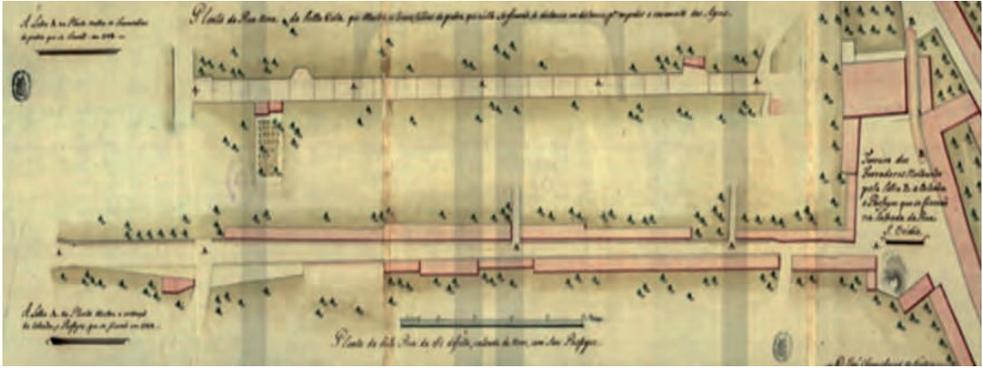


Fig. 1 – Planta da Rua de Cedofeita e do Terreiro dos Ferradores.

O Porto não foi nunca uma cidade de palácios por, durante séculos, não ter tido nobreza residente (os grandes senhores e seus séquitos não podiam permanecer na cidade por mais de três dias). Acrescia o próprio caráter dos seus comerciantes e burgueses que, desde sempre, optaram por uma postura de sobriedade ou contenção em matéria de gastos, por muito que estes lhes pudessem acarretar prestígio ou um certo ambiente de aparato.

Em contexto musical quinhentista, Rui Vieira Nery caracterizou o Porto pelas seguintes palavras: decoro, austeridade, controlo de custos¹. Jaime Ferreira Alves, na senda de Robert Smith, estudioso da Arquitetura do Porto dos séculos XVIII e XIX, escreveu: “Ainda que o termo palácio que utilizamos seja um pouco impróprio, vamos emprega-lo para designar as casas que, no Porto, constituídas geralmente só de rés-do-chão e andar, pelas dimensões e pelo estrato social dos seus proprietários se distinguem das outras residências. Em nossa opinião, o Porto não conheceu exceptuando o Paço Episcopal e o Palácio dos Carrancas, o tipo de edifício que pelas suas proporções pelo seu enquadramento na estrutura urbana, pelos seus jardins, enfim, pela sua monumentalidade, conheceu a Europa a partir do Renascimento – o palácio”². Por seu lado, António de Moraes Silva, pessoa, aliás, muito ligada aos senhores desta Casa, registara assim o termo: “Palácio. Casa grande, e nobre, de boa traça, e bons edificios”³.

Os termos palácio ou palacete, usados aqui um tanto “ad libitum”, servir-nos-ão como rótulo, embora alguma coisa nos chame à ideia de casa, casa grande ou casa nobre. No Porto novos sentidos de palácio nos trará o século XIX, como o Palácio da Bolsa ou o Palácio de Cristal e, um pouco inexplicavelmente, veremos chamar, já no nosso século XXI, Palácio das Cardosas à Casa desse nome (antigo Convento dos Loios) ou até mesmo Palácio das Artes ao extinto Convento São Domingos (depois Banco de Lisboa e Companhia de Seguros Douro). Mudam-se os tempos, mudam-se os nomes...

1 NERY, Rui Vieira – “Decoro, Austeridade e Controlo de Custos”, in CABRAL, Luís – *A Capela Musical da Sé do Porto no Século XVI*. Porto. 2003, pp. 7-14.

2 ALVES, Joaquim J. Ferreira – *A casa nobre no Porto na época moderna*. Lisboa: Inapa, 2001.

3 SILVA, António de Moraes – *Dicionário de Língua Portuguesa*. Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

O caso do chamado Palacete dos Viscondes de Balsemão, ou simplesmente Casa Balsemão, como ainda por 1833 se dizia, parece inserir-se, exemplarmente, neste 5.º Congresso Internacional “Casa Nobre: um património para o futuro”.

Construção e herança de fidalgos, esta casa foi palco de muitos acontecimentos e cenário de muitas vidas, adaptando-se sempre aos tempos e constituindo para nós, hoje, um legado cultural perene.

2 | AS CASAS GRANDES DOS FERRADORES

A melhor maneira de compreendermos as redes de relações familiares e de propriedade ligadas às chamadas “casas grandes dos Ferradores” será seguir a linha do tempo por todo o século XVIII.

O primeiro proprietário destas casas, sitas no Largo ou Praça dos Ferradores, foi Luís Correia dos Santos, “opulento comerciante” da primeira metade de setecentos. Tê-las-á construído ou, pelo menos, reedificado e ampliado. Note-se que, não raro, a tradição confunde reconstrutor com construtor.

Nessas casas nobres viveu com sua mulher, D. Mariana Luísa Pacheco Pereira, passando, por morte dele, em 1756, os bens imóveis para o filho, Luís Correia Pacheco Pereira. Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e Fidalgo da Casa Real, habitou as mesmas casas e aí faleceu em 25 de maio de 1762. Foi casado com D. Maria Joaquina de Tovar Beja e Noronha. Não tendo o casal filhos, “nem esperanças de os ter”, determinou o fidalgo no testamento que os seus bens fossem vendidos em leilão, ficando herdeira, uma vez



Fig. 2 – Luís Correia Pacheco Pereira.

pagos os legados, a Santa Casa da Misericórdia do Porto. Eloquentes exemplos de benfeitor, as disposições testamentárias, incluindo as relativas a funeral e sufrágios, correspondiam ao alto valor do seu património. Lembremos que, no tempo deste fidalgo, as casas grandes dos Ferradores, pela sua localização e, certamente, pelas restantes condições que tinham, estiveram, parcial e temporariamente, alugadas ao Governador das Justiças e a Desembargadores da Relação.

Postas as casas em leilão, em 15 de dezembro de 1762, arrematou-as, pela quantia de vinte e quatro mil cruzados e trinta e um mil reis, D. Maria Manuel de Azevedo, viúva de Pantaleão Alvo Godinho Pereira Brandão, juntamente com seu filho, Carlos Brandão Alvo Perestrelo de Azevedo, os quais moravam no Bairro da Fábrica do Tabaco. “E porquanto não tinham o dinheiro prompto para satisfazer a esta Santa Caza”, logo hipotecaram a propriedade à própria Misericórdia, a juro de cinco por cento.

Falecido Carlos Brandão, solteiro e sem filhos, os bens passaram a seu irmão, José Alvo Brandão Godinho Perestrelo Pereira de Azevedo.

As propriedades dos Ferradores eram constituídas por “três moradas de cazas com seus quintais, agoas e mais suas pertenças e seus constituintes”, a saber, as casas grandes, onde morara Luís Correia Pacheco Pereira, umas “pequenas místicas”⁴ e as casas da chamada Fonte.



Fig. 3 – Brasão da Família Balsemão.

Por casamento, em 1800, da filha única e herdeira do fidalgo José Alvo Brandão, D. Maria Rosa Alvo Brandão Perestrelo de Azevedo, com seu primo co-irmão, Luís Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho, 2.º Visconde de Balsemão (a partir de 1802), as casas passaram a integrar o património desta família.

Reuniram-se, assim, na casa de Balsemão, quatro importantes morgados, destacando-se o dos Brandões, de que foi 5.º administrador José Alvo Brandão Godinho Perestrelo Pereira de Azevedo.

⁴ “Místico. Diz-se de casas, vinhas, &c. quando dão humas nas outras, sem terem muro, ou cousa que o valha, que as separe...” (Rafael Bluteau – *Vocabulário portuguez latino...* Coimbra: Collegio das Artes, 1712-1728).

O morgado dos Brandões foi instituído pelos Contadores do Almojarifado e Comarca do Porto, que eram titulares do padroado da Capela de S. Brás no Convento de São Francisco e da Igreja de Peroselo. Pertenciam-lhes as Quintas de Coreixas e de Peroselo, em Penafiel. No Porto, possuíam diversos foros e propriedades. Notemos as casas da Rua Nova, "... que Sua Alteza fora servido tomá-las para a Alfandega...". Dois aspetos, neste contexto, são significativos: o instituidor deste morgado é nada menos do que Diogo Brandão, o poeta do Cancioneiro Geral. Por outro lado, seu filho, Jerónimo Brandão, entre as quintas e outras propriedades com que seus pais dotaram o morgado e capela de S. Brás, menciona, caso pouco frequente, mas sintomático do valor reconhecido a alguns bens culturais, "todos os livros da sua livraria".

Por seu lado, os Alvos tinham o padroado da capela-mor da Igreja do Convento de Santo Elói, encimando as suas armas o respetivo arco cruzeiro. Eram possuidores de muitas propriedades no Porto e arredores e também na região do Douro. De valor comparativamente menos expressivo, juntaram-se-lhe os morgados dos Perestrelos e dos Godinho.

3 | O 1.º VISCONDE DE BALSEMÃO

Vejam agora alguns aspetos da História da família Balsemão, centrando-nos nos pais de Luís Máximo – Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1.º Visconde de Balsemão (1735-1804) e sua mulher, D. Catarina Micaela de Sousa César de Lencastre (1749-1824).

As origens do nome e da casa desta antiga e ilustre família estão ligadas a Balsemão, Lamego. Aí, D. Afonso Pires, Bispo do Porto (entre 1359 e 1372), instituiu o morgado de Balsemão, de que foi 1.º senhor, Gonçalo Martins Cochofel, seu sobrinho, filho da irmã do prelado, D. Margarida, casada com Martim Gonçalves Cochofel. Está o Bispo sepultado nesta Capela de São Pedro de Balsemão, jóia da arquitetura medieval portuguesa. Pertencente a uma importante família (eram seus irmãos D. Gonçalo, Bispo de Lamego, e D. Luís, Bispo de Viseu), dotou a capela e morgado de muitas terras e rendas. Foi seu tio e protetor D. Afonso Martins, Bispo do Porto e, mais tarde, de Lisboa.

Luís Pinto de Sousa Coutinho, Fidalgo da Casa Real, 12.º Senhor do Morgado de Balsemão, 1.º Visconde de Balsemão (de juro e herdade, com honras de grandeza, título criado em 1801), exerceu o cargo de Governador e Capitão General de Cuiabá e Mato Grosso, foi Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, da Guerra e dos Estrangeiros, representou Portugal no duplo consórcio de 1785 (que trouxe para Portugal a princesa D. Carlota Joaquina) e foi Embaixador em Londres até 1788. Tomou parte na Campanha do Rossilhão (1793-1795), negociou o Tratado de Paz de Badajoz (no seguimento da Guerra das Laranjas, 1801), tendo ocupado diversos postos militares. Destaque-se que, tal como outros membros da família, foi Cavaleiro da Ordem de Malta, tendo viajado por Itália, Alemanha e França e, ainda, que foi instituída, no tempo do seu

governo, a Academia Real de Fortificação e Desenho.



Fig. 4 – 1.º Visconde de Balsemão. Fig. 5 – Viscondessa de Balsemão.

O 1.º Visconde de Balsemão casou, em 21 de agosto de 1767, com D. Catarina Micaela de Sousa César e Lencastre, irmã de D. Isabel Francisca de Sousa e Lencastre, casada, por sua vez, com José Alvo Brandão. Não chegaremos Talvez não chegemos a saber a saber ao certo as vezes que a este solar veio a *Senhora Viscondessa Velha de Balsemão*. Celebrada poetisa, amiga da Marquesa de Alorna e de Bocage, conhecida pelas reuniões sociais e artísticas nas suas residências de Londres ou de Lisboa, a sua memória estará sempre associada a esta casa, quanto mais não seja porque algumas obras ficaram guardadas na biblioteca de seu filho.

4 | O 2.º VISCONDE DE BALSEMÃO

Luís Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho nasceu em Falmouth, Inglaterra, em 1774. Casou, como já vimos, em 1800, com D. Maria Rosa Alvo Brandão Perestrelo de Azevedo. Para dar uma ideia da senhora desta casa, lembremos a “longa” dedicatória que lhe faz a cantora Carolina Griffoni, apresentando a Viscondessa como pessoa culta e dedicada ao “ameno estudo das bellas Artes”⁵.

Virá o Visconde a falecer em 1832, em Lamego – “isolado e ate esquecido dos litteratos e homens instruidos, que sempre n’esta caza tiverão recepção franca com singular

⁵ *A Mulher de génio extravagante para se representar no Real Theatro do Principe, no anno de 1805...* Porto: na Typ. de Antonio Alvarez Ribeiro, 1805.

estima de toda a família e principalmente do seu chefe; aos estudiosos patenteava-se-lhes a particular e rica livraria do Visconde”⁶.

Fidalgo da Casa Real, bacharel formado em Filosofia e, algum tempo, guarda-mor da Torre do Tombo, exerceu as funções de Inspetor da Agricultura do Reino e foi tenente coronel de Cavalaria.

Possuía uma notável biblioteca, que não reservava só para si, mas que, generosamente, tornava franca aos estudiosos, construindo assim um dos berços da Real Biblioteca Pública do Porto, incorporada por sequestro, em 1834, na Real Biblioteca Pública do Porto.



Fig. 6 – 2.º Visconde de Balsemão. Fig. 7 – “A Mulher de génio...”

Dos livros que sabiamente escolheu e juntou bastará destacar os manuscritos de D. Catarina, sua mãe, e, sobretudo, as muitas espécies de interesse para a História e a Cartografia. Peça verdadeiramente relevante, em termos de património mundial, é o códice seiscentista, pertença, aliás, já de seu pai, e que tem por título *Rezão do Estado do Brasil* – “o mais antigo atlas especial até hoje conhecido, de um território americano”, nas palavras do Comandante Teixeira da Mota.

Resistente à invasão de Junot (1808), o 2.º Visconde de Balsemão foi um dos delegados que a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino enviou a Londres⁷. Em outubro desse mesmo ano, há notícia de festejos, em frente a esta casa, assinalando a libertação do Porto.

⁶ REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Apontamentos para a verdadeira História antiga e moderna da cidade do Porto*, vol. 5, f. 78.

⁷ Existem as cartas dessa viagem (BPMP – Ms. 1077).

Durante a 2.^a Invasão Francesa (1809), a biblioteca, cuja parte principal se encontrava no piso onde agora estamos, é objeto de enorme saque, ficando reduzida de c. 12 000 volumes a apenas c. 5 000⁸. O que tornou o 2.^o Visconde de Balsemão mais notável no contexto desta casa, foi, sem dúvida, a sua biblioteca pessoal.



Fig. 8 – Casa Balsemão.

5 | A ACADEMIA POLITÉCNICA. A HOSPEDARIA DO PEXE

Após o sequestro dos bens do 2.^o Visconde de Balsemão, em 1834, a sua casa tem um destino diferente do habitual, que era o de residência de figuras da nobreza e altos funcionários.

Num primeiro período, entre 1834 e 1837, para aqui se transferiram as aulas da Academia Politécnica do Porto, estabelecimento, como sabemos, de importância fulcral para a Cidade e para a região. Deste modo viabilizava-se, por mais algum tempo, a manutenção do hospital militar instalado, durante o Cerco do Porto, no edifício do Colégio dos Meninos Órfãos de Nossa Senhora da Graça (hoje sede da Reitoria da Universidade do Porto).

Podemos, assim, dizer que o destino cultural da Casa Balsemão não terminou com o sequestro e a transferência da biblioteca do 2.^o Visconde de Balsemão para a Real Biblioteca Pública do Porto. Premonitória vocação a deste espaço para a Educação e a Cultura.

Num segundo tempo, é a vez de o Palacete ter, temporariamente, um uso completamente diverso. Com efeito, António Bernardino Peixe (assim assinava ele) arrenda o edifício, para aqui abrir, em 1840, uma hospedaria com o seu nome, em complemento da

⁸ BALBI, Adrien – *Éssai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*. Paris: Rey et Gravier, 1822, t. 2, p. 91.

que possuía na Rua do Bonjardim, aproveitando, certamente, as melhores oportunidades de negócio que a zona dos Ferradores lhe oferecia.

É, justamente, neste período que a memória do Palacete e da Praça a ele fronteira recebem a marca mais indelével. Tal deve-se à aposentadoria do Rei Carlos Alberto da Sardenha, se bem que por uns escassos oito dias (entre 20 e 27 de abril de 1849), enquanto aguardava que lhe fosse preparada a casa da Quinta da Macieirinha, onde, como se sabe, viria a falecer três meses mais tarde.

Não cabe aqui fazer uma biografia de Carlos Alberto, mas sim centramo-nos apenas nos sinais que nesta casa e no espaço envolvente deixou a curta mas inesquecível passagem do Rei, a quem foi atribuída a melhor dependência da Hospedaria, onde outrora estivera instalada a Biblioteca do Visconde de Balsemão.



Fig. 9 – Carlos Alberto da Sardenha e Piemonte.

A entrada de Carlos Alberto na Cidade e a sua chegada aos Ferradores, à Hospedaria do Peixe, é-nos descrita num vivo texto de Artur de Magalhães Basto⁹. Recebido com pompas, chega completamente exausto, tendo de ser levado em braços pela escadaria.... Nada mais queria do que retirar-se e descansar... O derrotado da Batalha de Novara é agora o exilado no Porto. Aqui chegava triste e doente. Tinham-lhe sido oferecidos para residência palácios e casas senhoriais: a Rainha D. Maria I, em Lisboa, o Bispo do Porto, no próprio Paço Episcopal, o Conde de Terena, na Casa da Torre da Marca e o Barão de Forrester, à Ramada Alta. Mas Carlos Alberto, que aqui estava como simples Conde de

⁹ *O Porto do Romantismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932. pp. 147-150.

Barge, acompanhado apenas por dois criados, aquilo a que aspirava era ao isolamento e à paz de espírito.

“O Porto, segunda cidade do reino de Portugal, nos confins do continente europeu, mais de mil milhas distante da Italia, afastado da residencia da côrte com a qual não há frequentes communicações, lhe pareceu logar apropriado ao seu designio”¹⁰. E na mesma obra se escreveu, a páginas 55 e 56: “Carlos Alberto chegava ao Porto a 20 do mez d’Abril depois d’uma jornada de vinte e sete dias, os ultimos quatro a cavallo. Era acolhido com honras reais, e do povo com signaes de sympathia que cresciam inextimavelmente logo que era conhecido, de maneira que muitas vezes andando e voltando da casa de campo do Rei eramos demorados no caminho e cercados com saudações de ‘Senhor Carlos Alberto’. Permaneceu uma semana na hospedaria do *Pexe*, onde se apeou; tomou depois residencia n’uma pequena casa da *rua dos Quarteis*, contigua ao palacio outr’ora habitado por D. Pedro, em que não havia senão tres ordinarios quartos. Durante aquelle tempo sahiu a cavallo para visitar as primeiras authoridades. A 10 de Maio transferiu-se para a casa de campo do Snr. Ferreira Pinto, collocada no meio d’um delicioso jardim na margem direita do Douro, donde, da janella do seu quarto de dormir, S.M. via o curso d’elle até ao mar”.

Da estadia de Carlos Alberto neste Palacete ficaram memórias cuja preservação devemos sobretudo ao Visconde da Trindade: o tratamento que deu ao aposento real, hoje dito “Quarto do Rei”, com um teto ostentando pinturas alusivas e, sobretudo, um belo memorial em mármore. Do breve espólio aqui exposto salienta-se um desenho de Francisco José Resende, retratando o Rei na vizinha Igreja do Carmo. Refira-se, ainda, o registo das visitas do Príncipe Humberto de Sabóia (1862), D. Luís I e D. Maria Pia (1863) e D. Fernando I (1865).

O Porto soube acolher um rei e despedir-se dele. Ficou-nos a sua memória nesta casa e nesta praça que, em fevereiro de 1852, recebeu o nome de Carlos Alberto, “em tributo de gratidão memoria de sua Magestade El Rei da Sardenha, fallecido dentro dos muros da mesma Cidade, pelas lizongeiros expressões com que sempre tratára os Portuenses”¹¹. Era Presidente da Câmara José António de Sousa Basto, em breve Visconde da Trindade, de quem falaremos de seguida.

6 | O VISCONDE DA TRINDADE

Uma das figuras mais marcantes desta casa é, sem dúvida, a do Visconde da Trindade, pela atitude de filantropia que assumiu no Porto, mas também face aos emigrados portugueses no Brasil e pela relevante ação que teve no Seminário dos Meninos Desamparados (Campanhã), nos Albergues Noturnos, em outras obras de assistência social e, acima de tudo, na Ordem da Trindade (Hospital e Liceu), não esquecendo o

10 DA-FIENO, Egídio – *Breves noções a respeito da vida, viagem e morte de Carlos Alberto*. Porto: Typ. Commercial, 1850, p. 58.

11 Autorização do Governador Civil do Porto, para mudança do nome da praça. 21 de fevereiro de 1852.

exercício de funções na Câmara Municipal do Porto e na Sociedade do Palácio de Cristal, assim como na Comissão de Cereais em período de grave crise de abastecimentos (1855).

José António de Sousa Basto (Refojos de Basto, 1805 - Porto, 1890), 1.º Visconde (1852) e 1.º Conde (1881) da Trindade, foi um riquíssimo comerciante com fortuna feita no Brasil, um “grande proprietário e capitalista”. Casou duas vezes, a segunda (1838) com D. Josefa Rosa de Amorim, sua cunhada, de quem teve José de Sousa Basto Júnior, 2.º Visconde. Nem este nem o filho segundo, António de Sousa Basto, tiveram geração. A representação do título recaiu, assim, sobre a filha mais velha, D. Josefina Henriqueta, que casa com Augusto Correia Pinto Tameirão, 3.º Barão do Valado, e virá a herdar o palacete que, por algum tempo, virá a ser designado por este título.

Em 1850, José António de Sousa Basto compra o palacete ao 3.º Visconde de Balsemão. Logo procede a uma profunda remodelação. Nas palavras de Artur de Magalhães Basto, “era essa casa uma linda residência do século XVIII, na frente dos seus grandes e belos jardins que se estendiam ao longo da Rua das Oliveiras”. Esses terrenos foram vendidos para neles se construir em 1897, por iniciativa de Manuel da Silva Neves, um teatro-circo, o Teatro de Carlos Alberto.

Da grande fortuna e prestígio eram testemunhos não só o aparato deste seu palacete (muitas vezes designado até por “palácio”), como as personalidades que visitavam esta sua residência.

O Visconde da Trindade, sem esquecer a missão social que lhe cabia, demonstrou uma assinalável consciência, diríamos hoje, do património cultural, ao perpetuar, como sabemos, o nome do rei Carlos Alberto através do memorial que mandou fazer numa das salas e da atribuição do nome à praça.

Transformou, profundamente, este palacete, cujo interior Henrique Duarte e Sousa Reis descreve do seguinte modo: “Huma escadaria excelente substituiu a primitiva escada, sallões extensos, largos commodos e abundantes para crescidissima familia, soberbas sallas para habitações agradaveis, pertenças adquadas para grandes reuniões, moviladas [sic] com gosto e dispêndio, decorações ricas, casa de banhos, copas destinadas à guarda de pratos e collocação de louças, etc.; nada falta ali para testemunhar a substituição lá operada”¹².

Ou nas palavras de Inácio de Vilhena Barbosa: “O edificio da hospedaria do Peixe, que n´aquelle tempo era um palácio dos srs. viscondes de Balsemão, foi comprado e reedificado pelo sr. Visconde da Trindade para sua habitação. Exteriormente foi aformoseado com uma balaustrada, e com o brazão d´armas do seu actual proprietario. Interiormente foi reconstruido com grandeza, e as salas decoradas com magnificencia. A inauguração d´esta nova e bella residência foi solemnizada com um dos mais brilhantes e concorridos bailes que tem havido na cidade do Porto”¹³.

¹² REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Apontamentos para a verdadeira História antiga e moderna da cidade do Porto*.

¹³ *Archivo Pittoresco*, Lisboa, vol. 4, 1861, pp. 393-394.



Fig. 10 – Visconde da Trindade.

7 | NOVOS USOS

Muitos e diversos foram os usos, em geral parcelares, dados a este edifício, após a morte do Visconde da Trindade (1890) e de sua mulher (1895). Encontramos referência a terem estado aqui instalados o Centro Comercial do Porto, o Instituto Português das Classes Trabalhadoras, a Real Sociedade Humanitária, a Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha e até um armazém de móveis e um café, em inícios do século XX. Estas situações de arrendamento, sobretudo dos baixos das grandes casas, eram, de certo modo, correntes, evidenciando a extrema (re)adaptação que têm estes espaços urbanos.

O uso/ocupação de maior impacto, durante todo o século XX, foi a do setor do gás e eletricidade. Em 1906 foi aqui instalada a Companhia do Gás do Porto, à qual sucederam, em 1920, os Serviços Municipalizados de Gás e Eletricidade e, em 1988, a EDP. A Câmara adquirira a casa, em 1958, aos herdeiros do Visconde da Trindade.

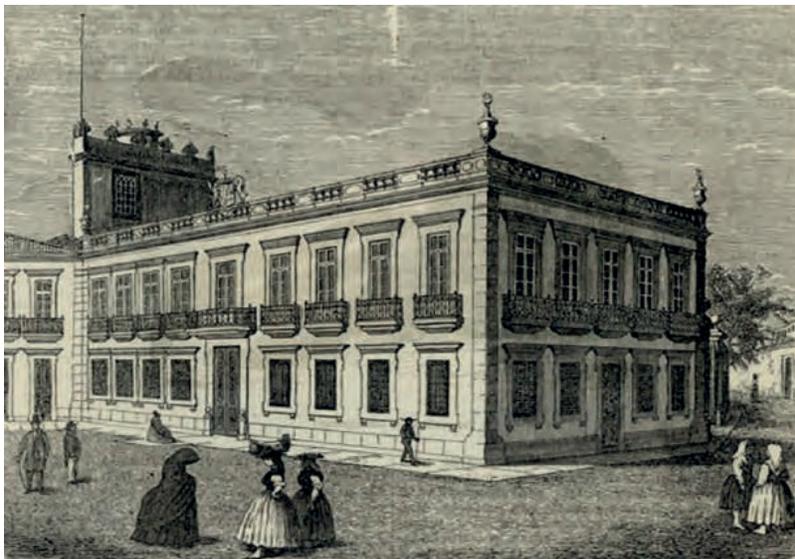


Fig. 11 – Palácio do Visconde da Trindade.

Sublinhemos um pormenor significativo. Ao procederem ao contrato de arrendamento à Companhia, os Viscondes do Valado, numa aristocrática postura de senhores da casa, “reservam-se o direito de por ocasião de qualquer procissão, cortejo ou festividade que possa ser disfructada das janelas do edificio arrendado utilizarem exclusivamente duas janellas à sua escolha, no salão que forma o anglo [sic] sobre a rua das Oliveiras e praça Carlos Alberto.” Era justamente essa a parte mais importante da casa, o cunhal onde estivera, primitivamente, a pedra de armas dos Viscondes de Balsemão.

Após a saída da EDP, vêm para o Palacete, em 1996, os serviços centrais da Direção Municipal de Cultura e Turismo, que havia, recentemente, sido reestruturada como departamento autónomo.

Em 2001, o Palacete dos Viscondes de Balsemão assume ou “recupera” a sua missão cultural: é posto em funcionamento um pequeno espaço expositivo, especialmente vocacionado para o desenho, a pintura, a fotografia... Por lá têm passado nomes como Júlio Resende, Zulmiro de Carvalho, Manuel Casal Aguiar, Francisco Laranjo, Armando Alves, Victor Costa, António Quadros Ferreira, David Rodes, Cláudio Ricca, Jorge Pinheiro, John Wilkins, João Meneres, Bruno Marques, Plan D, Acácio Carvalho, José António Nobre, Alberto Pêssimo e muitos outros.

Em 2004, promove-se a “reabertura” da Sala de Música, agora como auditório destinado a acolher as mais diversas atividades, dando-se, também assim, continuidade à vocação cultural e social desta casa. Como, ainda em 1842, dizia a Viscondessa de Balsemão, “huma Caza Nobre com frente p.^a a Praça dos Ferradores, e p.^a a Rua do mesmo nome, que vai em direção à das Oliveiras...”.



Fig. 12 – Praça Carlos Alberto.

NOTA FINAL

Quando, em fevereiro de 2000, cessei, a meu pedido, o exercício do cargo de Diretor da Biblioteca Pública Municipal do Porto, quiseram as circunstâncias que passasse a trabalhar num espaço de certo modo relacionado com a origem daquela Biblioteca – o Palacete dos Viscondes de Balsemão, a casa de que hoje viemos falar. Essa nova situação levou-me a dirigir parte da minha atenção para a História do Palacete dos Viscondes de Balsemão, mais tarde do Visconde da Trindade.

Foram as seguintes as minhas principais intervenções públicas, umas de divulgação, outras mais de fundo: *O Palacete dos Viscondes de Balsemão*. Porto: CMP, 2000; *O Palacete dos Viscondes de Balsemão na Praça Carlos Alberto*. “O Tripeiro”, 7.ª sér., ano XII, n.º 4 abr. 2003; *O Palacete dos Viscondes de Balsemão: ação de formação*, CMP, 24, 26 e 28 set. 2012; *O Palacete dos Viscondes de Balsemão in Se as casas não tivessem memória*, I a X, “As Artes entre as Letras”, 2015; Congresso Internacional “Palácios e Dinâmicas Urbanas: centros de poder e de conhecimento na Europa”, Évora, 5 a 7 nov. 2015 (comunicação: *O Palacete dos Viscondes de Balsemão, uma Casa de Cultura*; Colóquio “O 1.º Visconde de Balsemão: humanismo, diplomacia e reformas na era das revoluções”, 27-28 nov. 2017 (comunicação: “O Palacete dos Viscondes de Balsemão: ‘Désir de bien lire’”). É, essencialmente, nessa investigação e nesses textos que se baseia a síntese apresentada a este Congresso.

Não terminarei sem saudar, de um modo muito especial, a Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez e a organização do “5.º Congresso Internacional Casa Nobre: Um património para o futuro”, pela constância no tempo (estamos já na 5.ª edição) e pela qualidade que distingue a iniciativa. Se não é fácil a missão de reconstruir um passado, os caminhos de viver e sentir o presente que lhe corresponde requerem uma grande energia e até mesmo coragem. Mas mais exigente ainda será pensar, equacionar, sonhar o que possa ser o futuro destas casas, de cada uma destas casas, no que elas encerram de património material e imaterial. Por isso, nos reuni(re)mos em congresso, neste Entre Douro e Minho das raízes da nossa Cultura.